

Continuação da privatização da EDP - Fim da progressão automática na carreira profissional - Cuidados de Saúde em Queda - Trabalhadores dos empreiteiros.

Continuação da privatização da EDP

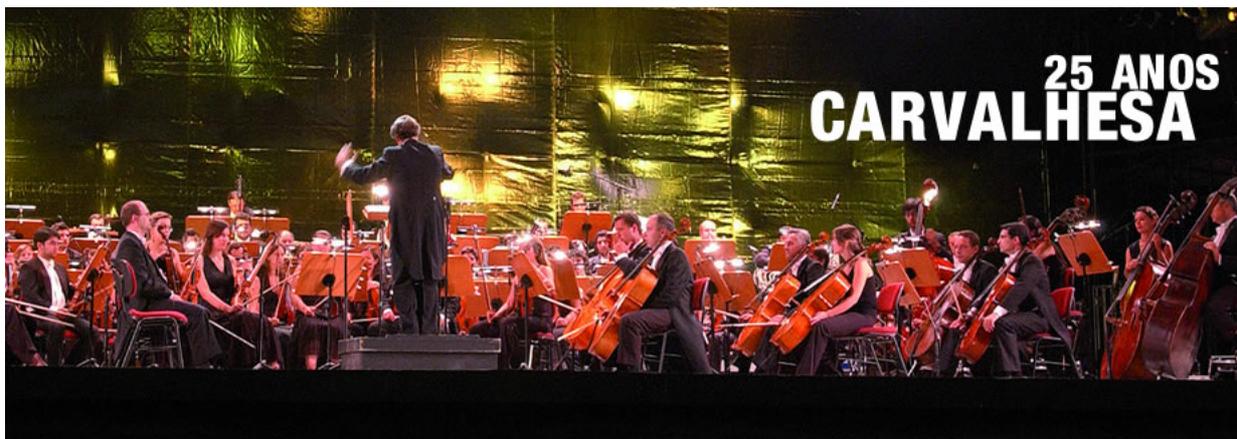
A entrega do que resta da EDP ao capitalismo, é mais um golpe na economia nacional, e no serviço prestado às populações.

O Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC) do actual governo, aponta a privatização da parte da EDP ainda propriedade pública.

Assim, a operação de privatização da EDP nem sequer é ditada pelas “leis” do mercado, mas sim por opção política do actual governo com apoio do PSD e do CDS, ao serviço do capital dominante.

Já no nosso boletim de Fevereiro último, referíamos alguns efeitos da privatização da

EDP, tais como, a redução do investimento operacional na rede, o domínio da EDP pelo capital transnacional, a maximização dos lucros em prejuízo do serviço às populações, a destruição do corpo técnico da EDP, ..., concluindo que para o PCP a gestão e controlo privado do grupo EDP não serve os interesses nacionais. O PCP defende uma ruptura com a política de direita que passa pelo controlo público dos sectores estratégicos da nossa economia, designadamente na energia, nos transportes, nas telecomunicações, e na banca. O país, os trabalhadores e as populações já perderam muito com a privatização da empresa. É urgente pôr cobro ao controlo e gestão privada da EDP, retomando o Estado o controlo público e democrático deste sector estratégico para o país.



Em perigo a progressão na carreira profissional

O que o actual enquadramento permite, é um misto de progressão automática e de progressão ditada pela hierarquia. Há um mínimo de garantia de evolução com base na antiguidade, e um acelerar da progressão com base nas informações das hierarquias (avaliação de desempenho, assiduidade, ...). De notar que o tempo entre o início e o fim de uma carreira, pode durar 26 anos.

O patronato fez passar a ideia que a progressão automática promove o laxismo e a incompetência, mas é um facto que a progressão ditada pelas hierarquias (ainda que baseada em critérios de avaliação de desempenho, e outros) conduz ao “compadrio e à exclusão de trabalhadores competentes que não caem nas boas graças das hierarquias, esquecendo, no entanto, que os últimos anos foram caracterizados por um significativo aumento da produtividade em contra-ponto com a drástica redução de trabalhadores. Este resultado foi conseguido com a motivação,

competência e brio profissional, de todos os que trabalham nas empresas do grupo e que, protegidos pelas formas de enquadramento que agora pretendem eliminar, sempre deram o seu melhor.

De notar que as hierarquias são nomeadas com base em critérios de confiança da administração e, portanto, dos interesses do capital dominante, contra os interesses dos trabalhadores e da população em geral.

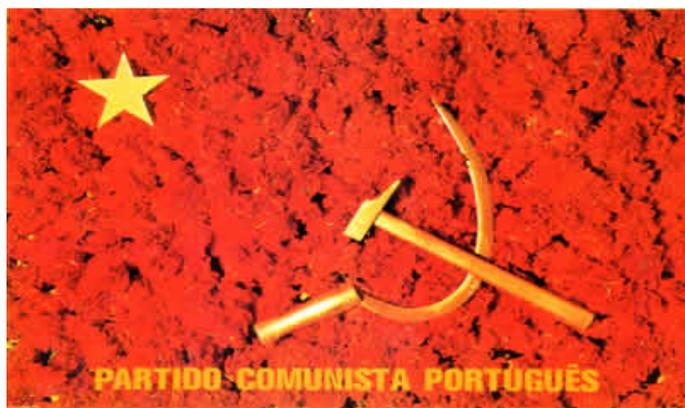
A metodologia de progressão na carreira proposta pelo patronato, para além do fim da

progressão automática, preconiza um incremento da exploração do trabalho, a favor do capital.

As administrações da EDP e da REN, dando continuidade a uma velha aspiração, ambicionam com o seu projecto eliminar

Cuidados de Saúde em Queda

Também o projecto de revisão do anexo da Saúde demonstra a ganância do capital e a pretensão de redução de direitos. Esta proposta pode ser resumida a uma única frase. **MENOS DIREITOS E MAIS CUSTOS PARA OS TRABALHADORES.**



Trabalhadores dos empreiteiros

A capacidade de intervenção da EDP / REN nas suas redes, foi praticamente anulada ao longo dos últimos anos. Para além dos “despachos”, já grande parte das manobras nas redes, e da sua manutenção e ampliação, são feitas com recurso a prestadores externos de serviços, em que grande parte dos trabalhadores com vínculo precário aos empreiteiros ou sub-empreiteiros, trabalha quase exclusivamente para a EDP.

Esta opção não é inocente. Inicialmente apontada como uma necessidade de redução de custos, rapidamente se traduziu num conjunto de negociatas de “venda de carne humana” com trabalhadores mal pagos e ultra-explorados, em diferentes regimes de grande precariedade.

É claro que a qualidade do serviço prestado pela EDP foi drasticamente reduzida, pese embora alguns números fabricados para esconder o que é evidente.

Se os trabalhadores dos prestadores de serviços desempenham tarefas anteriormente realizadas por trabalhadores do quadro da EDP / REN, porque não integrá-los no quadro da EDP / REN, com todos os direitos inerentes??? É claro que tal opção irá colocar um ponto final em alguns

sumariamente a progressão automática, apossando-se exclusivamente dos critérios que ditam o progresso profissional dos trabalhadores.

Alegando a necessidade de reduzir as despesas, já de si a diminuírem anualmente, algo que a EDP/REN não publicita, pretende a administração, além do aumento da mútua, criar um esquema de financiamento que, através do co-pagamento, pelos trabalhadores, nas consultas de especialidade, e nos medicamentos lhes permita obter ainda mais lucros para distribuir pelos especuladores.

No entanto, enquanto pretendem negociar o assalto aos bolsos dos trabalhadores, vão fechando postos médicos e acelerando a degradação dos serviços prestados pela Sãvida. Por outro lado exigem, também, a consagração neste projecto de revisão, da exclusão de todos os trabalhadores a admitir após a entrada em vigor do ACT agora em discussão.

O PCP repudia a diferenciação e discriminação entre trabalhadores.

interesses antagónicos dos da população, mas os custos operacionais, e outros das empresas prestadoras de serviços, adicionados dos seus lucros, seriam concerteza inferiores aos encargos destes trabalhadores nos quadros da EDP / REN.

É também claro que a opção que defendemos, de integração nos quadros da EDP / REN dos trabalhadores dos prestadores de serviços que trabalham quase exclusivamente para a EDP, não pode ser desligada de outra opção, que também defendemos, de ruptura com a política de direita que passa pelo controlo público e democrático dos sectores estratégicos da nossa economia, designadamente pela **NACIONALIZAÇÃO DA EDP / REN.**

PARTICIPA NA ACÇÃO DE LUTA DIA 29 DE SETEMBRO, EM LISBOA

O PCP apela a todos os trabalhadores da EDP, descontentes com esta política injusta e imoral que participem na Grande Jornada de Luta da CGTP-IN

Os Trabalhadores da EDP podem contar com o PCP